

O retrovisor e o para-brisas



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

Motivado pela mudança de ano e de década, no dia 29 de dezembro escrevi nesta coluna artigo intitulado "Cenários de crescimento, desigualdade e pobreza" que traçava projeções para 2014 dessa trinca de indicadores sociais baseados em renda. A estrutura básica do nosso olhar prospectivo foi projetar no futuro o que aconteceu no período 2003 a 2008 em termos de evolução do crescimento e da redistribuição de renda. A união harmoniosa desses vetores teria como resultante prospectiva a queda da pobreza à metade nos próximos cinco anos.

Esse cenário tão simples quanto determinista denominamos "otimista condicionado", pois projeta para frente o desempenho excepcional do período pré-crise de 2003 a 2008, ainda visível no espelho retrovisor tupiniquim. No dia 12 de janeiro o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), instituição com longa tradição no cálculo de indicadores sociais, divulgou um "comunicado da presidência" assumindo exatamente a mesma estrutura de projeção por nós proposta, replicando a nossa

réplica do que houve no período 2003 a 2008, para também traçar cenários futuros de pobreza. O estudo projeta até 2016 quedas espetaculares de pobreza em sete anos para menos de 1/7 do valor inicial. Já a pobreza extrema cairia a zero, ainda segundo eles. Obviamente, a diferença de opiniões é bem-vinda, como parte intrínseca do ato de imaginar, debater e planejar o futuro. A dúvida, nesse caso, é como ao replicar para frente a mesma trajetória passada chegamos a projeções tão díspares em relação ao futuro. Hipóteses equivalentes aplicadas às mesmas bases já coletadas deveriam, a princípio, levar a resultados similares. A análise de consistência dos cenários futuros de pobreza é o objeto do presente artigo.

Cabe lembrar que a primeira meta do milênio proposta pela ONU é reduzir a pobreza à metade em 25 anos, o que poucos países já atingiram nos 20 anos transcorridos. No nosso cenário, o Brasil atingiria isso em cinco anos, fato internacionalmente memorável. Há que se notar a diferença de horizontes de projeção entre os dois exercícios de previsão: os cinco anos até 2014, ano da Copa, no nosso caso e sete anos para 2016, ano olímpico, no caso deles. Ao estendermos para sete anos o ritmo do nosso cenário, a pobreza cairia a 61,77% dos valores iniciais. Ou seja, assumimos mais dois anos de invencibilidade do crescimento sustentado forte com re-

dução de desigualdade até 2016. Esse é o número a ser cotejado para compararmos laranjas com laranjas. De qualquer forma, a queda de pobreza de 61,77% reflexo de políticas sociais emergentes e de vento internacional a favor do período é bem menor que os 86,11% e 100% previstos pelo Ipea para as respectivas quedas de pobreza e de pobreza extrema.

Segundo as linhas de pobreza internacionais de um e dois dólares dia, a pobreza caiu respectivamente 43,05% e 47,38% no período 2003 a 2008. Ou seja, a pobreza caiu no cenário de referência mais com a linha mais alta, e não menos. Em todos os casos, a pobreza não cai mais da metade em nenhuma das medidas consideradas na prática no período 2003 a 2008*.

Se o passado não foi a base para o futuro, qual seria a combinação de crescimento e de redução de desigualdade implícita no cenário futuro de redução de pobreza traçado? Eis a segunda questão. Há na literatura de pobreza um teorema: "se soubermos a média e a distribuição de renda captada pela curva de Lorenz, sabemos necessariamente a medida de pobreza para dados seus demais parâmetros como a linha de pobreza". O Ipea explicitou redução total de desigualdade medida pelo Gini de 3,1% superior a dos últimos anos. A diferença é mais do que a maior queda anual já observada do Gini. A queda do

índice de Gini deles, na verdade, equivaleria a dez e não a sete anos do ritmo inédito de redistribuição de renda assumido entre 2003 a 2008.

A fim de aproximar essa redução turbinada do Gini do estudo deles por uma curva de Lorenz consistente escolhemos a transformação da desigualdade do Brasil na do seu estado mais igualitário: o de Santa Catarina (média de 2001 e 2003). A queda da proporção de pobres consistente com essa equalização de renda e com o crescimento observado entre 2003 e 2008 seria em torno de 65,3%, não diminuindo muito a discrepância dos cenários de redução de pobreza.

A pobreza cairia a 1/7 em sete anos, se a redução de desigualdade fosse 3% além do recorde histórico e a renda crescesse 15% a cada ano

Mas qual seria o cenário de crescimento necessário para se chegar a queda de pobreza de 86,1%. Para se chegar lá o bolo de renda brasileiro teria de crescer acumulado 145% em sete anos, cerca de 15% ao ano em termos totais ou 13,6% ao ano em termos per capita. Essa cifra é 158% maior que o crescimento da PNAD entre 2003 e 2008 e 260% a mais que o crescimento do PIB per capita, observados no mesmo período de bonanza pre-

gressa. Em suma, no cenário do comunicado da presidência do Ipea todos os componentes de redução de pobreza estão necessariamente bem acima daqueles observados no excepcional período de 2003 a 2008. Isso não significa que a pobreza não possa cair 86,1% em sete anos mas que para isso seja consistente, a redução de desigualdade teria de ser 39,7% maior que a maior queda observada na nossa história estatisticamente documentada, além disso o crescimento da renda brasileira teria de ser 15% ao ano por sete anos. Por outro lado, dado o cenário de redução de desigualdade proposto, a taxa de crescimento necessária para zerar a pobreza extrema seria literalmente infinita. Na prática, há sempre um núcleo duro de pobreza aonde nem o mercado, nem o Estado, com suas políticas sociais conseguem chegar.

*Para quem quiser botar a mão na graxa da mecânica das medições explicitando linhas, deflatores regionais etc, desenvolvemos anexo técnico a este artigo (www.fgv.br/cps/cenários), com dicas simples, tipo se os vidros dianteiros e traseiros estão embaçados, utilize o para-brisa!

Marcelo Côrtes Neri, economista-chefe do Centro de Políticas Sociais e professor da EPEGE, Fundação Getúlio Vargas. Autor dos livros "Ensaíes Sociais", "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" e "Microcrédito, o Mistério Nordeste e o Grammen brasileiro". mcneri@fgv.br.